



Grande entrevista com o PAT

Em Grande Entrevista à Televisão Independente de Moçambique (TIM), o Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Rosário Fernandes, fala um pouco de si e do trabalho que tem estado a coordenar na AT.

Pág. 4



Novas mexidas na AT

- As províncias de Nampula, Niassa, Gaza, Maputo e cidade de Maputo têm novos Delegados
- IFPFT com nova Coordenadora

Pág. 3



AT homenageia sua equipa de voleibol

Sobejamente conhecida nas lides do desporto nacional pelo seu brilhante desempenho, a equipa de Voleibol da AT foi homenageada pela AT, pelo o seu contributo na Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto.

Pág. 6

TRIBUTÁRIO



• Gabinete de Comunicação e Imagem | DIRECTOR: Lemos Formiga | EDIÇÃO Nº85 | Julho -2014 | Maputo - Moçambique •

AEFUM distingue AT

A Associação dos Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM) distinguiu a AT e demais instituições, pelo apoio prestado na prossecução dos objectivos daquela organização.

Pág. 17

Entrevista com o Coordenador Regional Centro do Desporto da AT >>

O Coordenador do Desporto da AT a nível da Região Centro, Ivo Gonçalves, fala-nos das acções desenvolvidas pelas equipas sob sua direcção e dos desafios enfrentados.

XI sessão do Conselho da Fiscalidade >>

“Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social”, é o lema escolhido para a XI da sessão do Conselho da Fiscalidade, a ser realizado no próximo mês de Agosto, em Nampula.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

- O novo serviço da Autoridade tributária de Moçambique que visa esclarecer todas as suas dúvidas sobre o Sistema Tributário Moçambicano, onde voce estiver, sem precisar de enfrentar filas e economizando tempo.

- Horário de funcionamento
7:30h às 15:30h



Ligue:

1266 (válido para todas operadoras)
linhadcontribuinte@at.gov.mz





Pensar e agir na comunicação estratégica da AT

Para esta edição do Boletim Tributário, a sétima do presente ano, trazemos como destaque na capa a Grande Entrevista do timoneiro da Autoridade Tributária (AT) - Rosário Fernandes. Em entrevista exclusiva e dinâmica, cedida ao canal televisivo TIM (Televisão Independente de Moçambique), a equipa do GCIm foi ao terreno para ver in loco os contornos dessa conversa.

É importante entendermos essa entrevista como uma ferramenta poderosa para partilhar conhecimentos através da qual procura-se reforçar a cultura organizacional da AT, dando a conhecer aos colaboradores um pouco mais sobre a instituição e o respectivo dirigente. No entanto, muitas vezes, as organizações têm demonstrado dificuldades para alcançar seus colaboradores e como fazê-los compreender a cultura e história institucional, seu quadro de valores – missão, visão e objectivos – de modo que estes sejam implementados no dia-a-dia laboral. São esses vocábulos de alta significação que para a vida das organizações dão sentido à prática das suas actividades.

O PAT, sobejamente conhecido pelo seu carisma e didáctica, apresenta-nos - na entrevista - uma abordagem transversal sobre aspectos relacionados a sua infância, seu percurso académico e profissional, com enfoque na sua chegada e assunção ao cargo de responsável-máximo. Partilha, ainda, com os estimados leitores os desafios a curto e longo prazos e os feitos concretizados ao longo desses anos de existência, de tal modo que, faz uma comparação do sistema tributário nacional do período antes e depois do surgimento da instituição que tutela, realçando, o processo de fusão das Alfândegas e do Direcção Geral dos Impostos que culminou com a aparição da Autoridade Tributária.

Ainda temos como destaque dessa edição o evento que a AT foi distinguida com o certificado de mérito pela Associação dos Estudantes Finalistas e Universitários Moçambique pelo seu contributo na prossecução dos objectivos daquela organização. Sendo que a entrega do certificado de mérito foi realizada pelo Presidente Armando Guebuza no Seminário do projecto Férias Desenvolvendo o Distrito.

Para, além disso, também, lembramos que esse mês foi marcado pela nomeação de alguns quadros da instituição para exercerem cargos de chefia, dando as suas experiências profissionais, de forma a dinamizar a AT para o alcance dos objectivos traçados. Todavia, como a AT não é só isso, trouxemos, ainda, temas sobre desporto e outras actividades levadas a cabo noutras regiões do país, no âmbito da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto.

“TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE”

O Director

Lemos Formiga

Desmantelado tráfico de tabaco

As Alfândegas de Moçambique, em coordenação com a sua congénere do Zimbabwe, acabam de desmantelar um sindicato de tráfico do tabaco na fronteira de Machipanda.

(Notícias Suplemento Economia e Negócios, 25/07/2014)

AT introduz cobrança electrónica

A Autoridade Tributária (AT), em Moçambique, está a levar a cabo uma experiência de cobrança electrónica do Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA).

Nampula – A experiência incide sobre a transmissão de bens, prestação de serviços e importações de bens e o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), que recai sobre o volume de negócios realizados durante o ano por aqueles.

(Horizonte, 28/07/2014)

Educação Fiscal e Aduaneira da AT escala a Escola Secundária de Lhanguene

A Autoridade Tributária (AT), através da Delegação Provincial da Cidade de Maputo, realiza esta sexta-feira, dia 25 de Julho, uma palestra de Educação Fiscal e Popularização do Imposto, sob o lema “O Papel da Sociedade na Promoção e elevação da Cidadania Fiscal e divulgação Fiscal e divulgação dos Projectos de Modernização Tecnológica”, na Escola Secundária de Lhanguene, arredores da Cidade de Maputo.

(O Remate da Pérola, 25/07/2014)

Direcção Regional Sul da Autoridade Tributária

A Direcção Regional da Autoridade Tributária de Moçambique realiza no dia 18 de Julho, do ano em curso, na Cidade de Inhambane, o IV Congresso Directivo Regional Alargado. O evento servirá para fazer o balanço do desempenho desta região do país, no que concerne às actividades de arrecadação de receitas para os Cofres do Estado e de outras actividades transversais.

(Diário do País, 16/07/2014)

Ficha Técnica

PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE:
Rosário B. F. Fernandes

DIRECTOR:
Lemos Formiga

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
Haydn Joyce David

COORDENADOR EDITORIAL:
Bernardino de Sousa Manhaussane

REDACÇÃO:
Bernardino Manhaussane, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,
Milco Matavele, Geraldina Mabilia, Taissone Rangeiro, Anacleto Bila

MAQUETIZAÇÃO: Hanylton Teixeira da Costa

ENDEREÇO/CONTACTO:

Av. Albert Lithuli, Nº 2815, R/C, gcimagem@at.gov.mz | gcimagemat@gmail.com | Telefax: 21 404939
MAPUTO - MOÇAMBIQUE



Twitter.com/gcimagem_at



facebook.com/Autoridadetributaria



cidadaniafiscal.blogspot.com

AT movimentada quadros

Por: Milco Matavele

No âmbito da gestão estratégica dos Recursos Humanos, com vista a conferir maior dinamismo aos vários sectores da instituição, alguns quadros da instituição foram indicados para desempenhar novas funções, destacando-se os novos Delegados da AT.

As províncias de Niassa, Nampula, Gaza, Maputo e cidade de Maputo com novos Delegados e IFPFT com nova Coordenadora

O acto de tomada de posse, dirigido pelo Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, teve lugar no dia 7 de Agosto do ano corrente, na sala de sessões “Marechal Samora Machel”, em Sessão Extraordinária do Conselho Directivo.

Na sequência, vários quadros da instituição foram nomeados para desempenhar novas funções. Entre os empossados, o destaque vai para a nomeação de Filipe Magaia, para exercer o cargo de Delegado da AT, na cidade de Maputo e Chefe da Task Force da AT para os Recursos Naturais; Fernando Tinga, para exercer o cargo de Delegado da AT, em Niassa; Maria Manuela Xavier, para o cargo de Delegada da AT, em Nampula; Susana Raimundo, para o cargo de Delegada da AT, na Província de Maputo; e Maria Ivone Cossa para o cargo de Delegada da AT, na província Gaza.

Ainda na mesma cerimónia, Berta Macamo tomou posse como nova Coordenadora do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária (IFPFT).



Presidente da AT dando considerações em torno das movimentações de quadros

Intervindo na ocasião, o Presidente da Autoridade Tributária, Rosário Fernandes, enalteceu o papel desempenhado pelos quadros cessantes e exortou, ainda, aos recém-empossados a contribuírem com o seus conhecimentos e experiências para ajudar a instituição a alcançar os objecti-

vos traçados para 2014. “Para o presente ano, a Autoridade Tributária tem muitos desafios, entre eles, a consolidação da modernidade, o profissionalismo, a produtividade fiscal e a competitividade em relação a outras agências fiscais”, disse Fernandes.



Fernando Tinga, Delegado de Niassa



Maria Ivone Cossa, Delegada de Gaza



Filipe Magaia, Delegado da Cidade de Maputo



Manuela Xavier, Delegada de Nampula



Berta Macamo, Coordenadora do IFPFT



Suzana Raimundo, Delegada da Província de Maputo

AEFUM ATRIBUI CERTIFICADO DE MÉRITO À AT

Por: Bernardino Manhaussane



Presidente da AT, recebendo das mãos do Presidente da República o Certificado de Mérito atribuído à AT pela AEFUM

A Associação dos Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM) distinguiu, com Certificados de Mérito, os seus parceiros institucionais, incluindo a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), pelo seu contributo na prossecução dos objectivos daquela organização. O acto, realizado durante o Seminário Nacional de Balanço do Projecto Férias Desenvolvendo o Distrito levado a cabo pela AEFUM, decorreu no dia 07 de Julho, na cidade de Maputo.

Na mesma ocasião, foi homenageado o Presidente da República, Armando Guebuza, em reconhecimento do seu engajamento nos objectivos da associação, particularmente no Projecto Férias Desenvolvendo o Distrito.

O Projecto Férias Desenvolvendo o Distrito é uma iniciativa da AEFUM que visa criar oportunidades de emprego e auto-emprego aos recém-graduados. Dentre outros os objectivos, a AEFUM procura desenvolver no seio dos estudantes finalistas e recém-graduados o gosto pelo distrito, para que estes apliquem os conhecimentos técnico-científicos em prol do

desenvolvimento daquela unidade territorial.

Na sua Intervenção, o Presidente da AEFUM, Ivo Mapanga, referiu que a realização daquele seminário visava fazer o balanço da implementação do Projecto Férias Desenvolvendo o Distrito nos últimos 5 anos. “Vamos fazer uma radiografia sobre o impacto do programa a nível dos recém-graduados, a nível das nossas comunidades, dos distritos, e todos, em conjunto com os nossos parceiros, iremos abordar e traçar a nova filosofia do projecto que se pretende transformar num programa permanente, pela sua consistência e pelo seu impacto”, disse.

Fazendo a avaliação do impacto do projecto, Mapanga diz ser positivo e encorajador. “De referir que na primeira fase, 2006-2009, participaram 489 estudantes. Nesta segunda fase participaram 2078. Este é um elemento que conseguimos trazer, com a integração de mais jovens a participarem do programa”.

Segundo Mapanga, um dos objectivos do programa é continuar a potenciar os

distritos com técnicos com formação superior, promovendo uma simbiose do conhecimento técnico científico e o conhecimento empírico das comunidades. “E por conta disto, tivemos 966 integrados de um total de 2078, que participaram do programa nestes 5 anos. Também foram concebidas novas iniciativas empreendedoras. Temos 45 novas iniciativas empreendedoras como resultado directo deste projecto e trouxemos aqui alguns testemunhos”, acrescentou.

O grande foco das discussões durante o seminário foi encontrar formas de criar novas oportunidades para o empreendedorismo dos jovens a nível dos distritos. Na ocasião, foi apresentado o Projecto Agro-pecuário da Moamba, o qual foi lançado na última edição do Projecto Férias e integra-se numa iniciativa denominada 5 jovens uma empresa.

Recorde-se que a AEFUM assinou, no presente ano, um Memorando de Entendimento com a AT, e tem prestado um contributo na promoção da cidadania fiscal no seio dos estudantes.



Foto família das instituições homenageadas com o Presidente da República



Foto família tirada após a abertura do seminário da AEFUM

ALFÂNDEGAS DE MOÇAMBIQUE**CERIMÓNIA DE PATENTEAMENTO PREVISTA PARA ESTE ANO***Por: Bernardino Manhaussane*

Director Geral das Alfândegas dirigindo-se a Parada, no TIMAR

Este dado foi revelado no pretérito dia 23 de Julho, no Terminal Internacional Marítimo, em Maputo, durante uma Parada orientada pelo Director-Geral das Alfândegas, Guilherme Mambo, a pouco mais de 200 funcionários das Alfândegas. O processo de patenteamento em curso na instituição surge como resultado do processo de modernização e fortalecimento dos órgãos da gestão da Administração Tributária, o que trouxe a necessidade de se alterar o Estatuto Paramilitar do Pessoal das Alfândegas de Moçambique. Esta alteração veio acomodar alguns objectivos como sejam, a introdução de um escalão de oficiais comissários com as patentes orgânicas de Comissário Geral Aduaneiro Principal e de Adjunto de Comissário Geral Aduaneiro Principal para os cargos de Director Geral das Alfândegas e de Director-Geral Adjunto das Alfândegas, respectivamente; a alteração de algumas designações das patentes de forma a garantir um melhor ajustamento entre a designação e o escalão a

qual a patente pertence; a alteração das competências para atribuição da patente; e a introdução de alterações nas peças de uniforme.

No entanto, o processo carece ainda de aprovação e posterior publicação no Bo-

letim da República, estando, a realização da cerimónia de patenteamento, prevista para o mês de Setembro do presente ano. Na ocasião, foi dado o conhecer o nível de cobrança de receitas referentes ao mês de Julho, sendo que até o dia 21, a Direcção Geral das Alfândegas arrecadou 2,261,134.75 mil milhões de meticais, o que corresponde a uma realização de 52.84%.

O Director Geral das Alfândegas, Guilherme Mambo, fez saber, na ocasião, que está em construção, no Porto de Nacala Velha, um terminal de exportação de Carvão que vai receber o carvão da empresa Vale Moçambique, destinado à exportação. Mambo destacou, também, a construção do Aeroporto Internacional em Nacala, o que implicará a colocação de funcionários aduaneiros nestes terminais.



Parte dos funcionários presentes na Parada

EM NAMPULA**AT HOMENAGEIA SUA EQUIPA DE VOLEIBOL***Por: Bernardino Manhaussane*

A direita, o Treinador da Equipa de Voleibol recebendo, das mãos do Director Regional Norte da AT, o Borderoux de Prémio do Jogo

Como forma de reconhecer o brilhante desempenho que a Equipa de Voleibol da AT tem vindo a registar nas competições, quer a nível nacional, como regional, realizou-se, no dia 19 de Julho do ano em curso, num acto presidido pelo Director Regional Norte da AT, Daniel Tovela, a cerimónia de entrega de Borderoux de Prémio de Jogo aos atletas, seguida de uma confraternização, nas instalações da Direcção Regional Norte.

Reagindo, após o acto de entrega de Borderoux de prémio de Jogo, o Director Regional Norte da AT, Daniel Tovela, disse que aquela foi uma acção simbólica de reconhecimento do bom desempenho dos atletas, que trouxeram glórias não só para a AT, mas também para Moçambique. Tovela referiu ainda que uma equipa daquele nível, envolvida em acções de educação fiscal, constitui um grande contributo no alargamento da base tributária.

Por seu turno, o Director do Gabinete de Comunicação e Imagem, Lemos Formiga, congratulou os atletas pelos resultados alcançados e pelo contributo que prestam à instituição.

No seu discurso, os atletas manifestaram agradecimentos à Direcção da AT pelo apoio prestado à equipa e renovaram o compromisso de continuar a contribuir na popularização do imposto, com vista ao alargamento da base tributária. Por outro lado, destacaram a sua participação no campeonato nacional da modalidade, a decorrer em Agosto, na província de Gaza, cidade de Xai-Xai, onde esperam conquistar o título de campeão nacional.



Parte dos participantes do evento atentos ao discurso do DRN

NO ÂMBITO DO PROJECTO FRONTEIRA DE PARAGEM ÚNICA**DELEGAÇÃO DA SARS VISITA TIMAR***Por: Milco Matavele*

Momento em que a delegação da SARS é recebida no TIMAR

Uma delegação da South African Revenue Service - SARS (Serviços Tributários da África do Sul) Sul-africana, também composta por funcionários sul-africanos da Migração, Ministério do Turismo, do Interior, da Agricultura, da Saúde, Guarda Fronteira, entre outras instituições daquele país, visitou

na última Sexta-Feira, dia 4 do mês corrente, o Terminal Internacional Marítimo (TIMAR), para se inteirar do funcionamento daquela estância aduaneira.

Durante a visita, a delegação Sul-africana visitou vários sectores do TIMAR, em

particular os sectores de desembarço de mercadorias, viaturas, Inspecção Não Intrusiva (Scanner) e sector de examinação física de mercadorias. Na ocasião, esta delegação ficou a saber, como é feito o desembarço de mercadorias, desde a sua entrada na terminal até a sua saída.

No fim da visita, a delegação sul-africana mostrou-se satisfeita e impressionada com que viu, tendo enaltecido a necessidade de troca de experiência entre os dois países.



Delegação da SARS recebendo explicações do funcionamento do sector da examinação física

Em visitas de cortesia

DRN VISITA "A POLITÉCNICA" E INSCIG

Texto: Manuela Xavier
Fotos: Jussubi Rachide

O Director Regional Norte, Daniel Tovela, deslocou-se na manhã do dia 2 de Julho corrente às instalações de instituições de ensino superior nomeadamente a Universidade "A Politécnica" e o "INSCIG – Instituto Superior de Ciências e Gestão" ambas localizadas na cidade de Nacala-Porto, dando continuidade ao seu programa de visitas de cortesia às diversas instituições e organismos desde que tomou posse como Director Regional Norte da AT em finais de Abril corrente. Com efeito, dentre outros, Tovela já apresentou cumprimentos ao Administrador do Distrito e ao Presidente do Conselho Municipal de Nacala-Porto, deslocou-se também à Polícia da República de Moçambique – PRM, ao Porto e ao Corredor de Nacala e à Kenmare- Areias Pesadas de Moma.

"A POLITÉCNICA" – UNIVERSIDADE EM CONSTRUÇÃO

Recebido por Beatriz Langa, Directora Adjunta da Universidade Politécnica "A Politécnica"- Pólo de Nacala, Tovela percorreu o edifício ainda em construção que terá 11 salas de aula, um laboratório 1 sala de informática, um auditório e uma biblioteca.



Momento da visita do DRN às Instalações da "A Politécnica"



Vista da faixa lateral do edifício

Durante a sua visita Tovela saudou os estudantes do ensino diurno. Em Abril deste ano "O Pólo de Nacala" mudou-se para novas instalações, ainda

em construção onde ministram, actualmente, em regime de curso nocturno, os cursos de Ciências Jurídicas, Administração e Gestão de Empresas Contabilidade e Auditoria, Engenharia civil, Engenharia Eléctrica, Engenharia do Ambiente e Engenharia Informática e Telecomunicações. Actualmente encontram-se a frequentar estabelecimento de ensino superior cerca de 370 estudantes.



A Directora Adj. do Polo de Nacala e a Comitiva da DRN



DRN interagindo com os alunos da 8ª classe

Recorde-se que o Pólo de Nacala da "A Politécnica" iniciou as suas actividades em Março em 2011 com apenas 20 estudantes repartidos em dois cursos, a saber: Ciências Jurídicas e Administração e Gestão de Empresas.

A Inauguração do Pólo de Nacala está prevista para 2015, esperando-se que a data coincida com as primeiras graduações.



Vista lateral das Instalações do INSCIG

Já no INSCIG, Tovela foi recebido por Baptista Pedro Nanquita, Coordenador do Registo académico dessa instituição que actualmente conta com 50 docentes

e ministra seis cursos, nomeadamente, Direito, Gestão Ambiental, Contabilidade e Auditoria, Gestão de Empresas e Gestão de Recursos Humanos.

Tovela percorreu as instalações, onde foi dado a conhecer que a sede do INSCIG em Nacala dispõe de 6 salas de aula. Um salão (sala multi uso), uma sala de informática, uma biblioteca com um acervo bibliográfico de mais de 650 livros e um centro social. O INSCIG conta com duas delegações estando uma localizada em Maputo e outra no Dondo.

Primeira instituição de ensino superior presencial em Nacala e fruto de iniciativa de um grupo de moçambicanos, o INSCIG abriu as suas portas em Agosto de 2009 para curso de preparação ao ensino superior. Em 2010 inicia as actividades de ensino superior com 27 docentes e 375 estudantes nos cursos de Gestão e Ciências Jurídicas.



Momentos da visita às Instalações do INSCIG



Momentos da visita às Instalações do INSCIG

Em ambas instituições Tovela procedeu a entrega de um conjunto de publicações da AT, sublinhou o privilégio que a AT dá ao conhecimento e ofereceu oportunidades de estágio aos estudantes finalistas. "Para todo o pessoal desta instituição académica estão à disposição os serviços disponibilizados pela Mediateca Dr. Albano Mendes Naroromele - concluiu.

Província do Maputo

“ESTAMOS NO BOM CAMINHO”

- Garante Casimiro Mabote, ex-Delegado da Província da AT, na II Sessão do Colectivo de Direcção em que o balanço da Receita foi o “prato forte”.

Por: Wiliamo Chiquele



Colectivo de Direcção da Província de Maputo

A Delegação da AT da Província de Maputo (DPM) realizou, no passado dia 15 de Julho, no Município da Namaacha, a sua II Sessão do Colectivo de Direcção. A reunião foi orientada pelo ex-Delegado da província e contou com a presença dos responsáveis de todas as unidades orgânicas a nível da província.

Dos pontos da agenda, a análise da receita foi o que mereceu maior destaque, tendo em conta que a missão principal da AT é colectar receitas. Estavam ainda agendados para a reunião, a análise da execução orçamental do I Semestre, as actividades realizadas pelo Controlo Interno e a cadastração fiscal no período.

No que tange a arrecadação de receitas, principal actividade da AT, à DPM de acordo com a Lei Orçamental de 2014, foi-lhe atribuída a meta de 18.182,93 milhões de meticais, dos quais 12.340,64 milhões de meticais para a os impostos externos e os restantes 5.842,29 milhões para os impostos internos.

No primeiro semestre, a Delegação Provincial arrecadou para os cofres do Estado 7.985,88 milhões de meticais de uma meta programada de 8.110,29 milhões de meticais, o que representa um nível de realização global de 98%.

A província de Maputo é uma das poucas a nível do país, onde as receitas cobradas pelo Alfândegas ocupam cerca de 70% da receita

global, cabendo os restantes 30% de receita a cobrada pelos Impostos Internos.

A Execução Orçamental da DPM, foi de 18.227.264,05 Mts, 58.58% do orçamento de funcionamento atribuído de 41.035.240,00 Mts para o presente exercício económico. O sector de bens e serviços consumiu cerca de 84% da despesa efectuada.

Actividades realizadas pelo Controlo Interno

A inclusão, desde o passado mês de Março de 2014, de Supervisores e Agentes de Controlo Interno, nas unidades orgânicas – nomeadamente Delegação da Província, Fronteira de Ressano Garcia, Fronteira da Namaacha, Fronteira de Goba, Terminal Internacional Rodoviário, DAF da Matola, DAF da Manhica, Unidades de Visitas de Controlo e Posto de Cobrança da Machava-

trouxe melhorias na gestão dos processos das áreas abrangidas. Hoje, pode-se afirmar com relativa segurança que o cumprimento das disposições legais fiscais e aduaneiras, bem como, o alcance das metas, não só em termos numéricos mas também na qualidade de serviço prestado aos contribuintes no geral, atingiu um nível elevado em comparação ao período anterior. Grande parte das barreiras ou constrangimentos que anteriormente criavam problemas estão sendo sanados paulitanamente.

Cadastração Fiscal

No que diz respeito ao registo de contribuintes durante o I semestre de 2014, foram registados 45 858 contribuintes (singulares e colectivos), o que representa 82% da meta prevista, estipulada em 55 859 contribuintes (singulares e colectivos). De acordo com o delegado da província, há necessidade de incrementar as campanhas de educação fiscal a nível da província e alocar pessoal suficiente ao registo de contribuintes.

Na altura Casimiro Mabote frisou que é necessário incrementar as campanhas de educação fiscal em curso sendo a inclusão dos parceiros estratégica para o alcance das metas de cadastro fiscal. “Há necessidade de deslocar mais equipas para junto das comunidades, reduzindo desde modo as distâncias e custos associados a deslocação dos contribuintes a procura do NUIT”, afirmou.

Durante a sessão, o Delegado da Província recebeu garantias dos participantes que as metas estipuladas para o corrente ano seriam alcançadas, mesmo com a aprovação do Orçamento Rectificativo. “Faço votos para que todos os presentes trabalhem em coordenação permanente porque só assim iremos alcançar os nossos objectivos”, enfatizou Mabote.

Unidade de Cobrança	Plano 1o Semestre 2014			Cadastro 1o Semestre 2014			Realizacao %		
	Singular	Colectivo	Total	Singular	Colectivo	Total	Singular	Colectivo	Total
Matola	33,930	678	34,608	26,143	397	26,540	77%	59%	77%
Machava	13,560	270	13,830	13,663	108	13,771	101%	40%	100%
Manhica	5,364	107	5,471	4,528	15	4,543	84%	14%	83%
Magude	1,914	36	1,950	996	8	1,004	52%	22%	51%
TOTAL Maputo	54,768	1,091	55,859	45,330	528	45,858	83%	48%	82%

AT FORMA DISSEMINADORES EM CHIÚRE

Por: Bernardino Manhaussane



Da esquerda a direita, Director Regional Norte da AT, Presidente do Conselho Municipal de Chiúre, Representante do Administrador do Distrito, e Delegado da AT na Província de Cabo Delgado

No âmbito da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto em curso na AT, realizou-se, no pretérito dia 18 de Julho do corrente ano, no distrito de Chiúre, Província de Cabo Delgado, uma acção de formação em matérias fiscais e aduaneiras e, ainda, um Roadshow de popularização do imposto e cadastração fiscal.

Esta acção, chefiada pelo Director Regional Norte da AT, Daniel Tovela, foi realizada em parceria com o Município de Chiúre, por sinal o mais populoso da província de Cabo Delgado. Para além do DRN da AT, estiveram presentes dirigentes e funcionários de nível Central, Regional e Provincial, destacando-se a presença do Director do Gabinete de Comunicação Imagem, Lemos Formiga, e

do Delegado da Província de Cabo Delgado, Pedro Pereira.

A nível distrital, participaram da capacitação, o Presidente do Conselho Municipal de Chiúre, o representante do Administrador do Distrito, chefes dos Postos Administrativos e localidades, funcionários das administrações distritais e do município, agentes económicos, secretários dos bairros, líderes comunitários e estudantes.

No decurso da formação, foram abordados os seguintes temas: Importância Económica e Social do Imposto, o Sistema Tributário Moçambicano (Impostos Nacionais e Sistema Tributário Autárquico), NUIT e Factura.

A formação resultou em 151 disseminadores

formados, os quais passam a ser parceiros da AT na sensibilização das comunidades acerca da importância da contribuição fiscal.

Paralelamente à formação, foi realizado um Roadshow, cuja abertura foi feita pelo Director Regional Norte, Daniel Tovela. O Roadshow, que juntou centenas de pessoas, atraídas pela música cantada por artistas locais e convidados, constituiu um valioso veículo de disseminação do imposto. Dentre vários artistas convidados, Imamo Agy constituiu a grande atracção do evento, pela popularidade que o seu tema “Idunia” e outros da sua autoria granjeiam no seio daquela população. Foi assim que a AT fez a festa com os participantes, ao mesmo tempo que falava da importância do imposto.

Enquanto decorria o Roadshow, o pessoal da AT atendiam a uma avalanche de pessoas que ali se faziam para obter o NUIT. Foram preenchidos 4.900 modelo M/01S para atribuição de NUIT, e distribuídos Manuais de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização de Imposto.

É deste modo que foi realizada mais uma acção de formação e popularização do imposto. Pelo interesse que a mesma suscitou aos participantes, ficou claro que há muito a ser feito em matérias de disseminação do imposto.



Participantes atentos a formação



Imamo Agy actuando durante o Roadshow de popularização do imposto



Outro músico convidado dando o melhor de si



Populares, uns atraídos pelo Roadshow e outros preocupados em adquirir o NUIT



Até alguns membros da delegação da AT não resistiram a dar alguns passos de dança



Pormenor do processo de cadastração do NUIT

NO ISAP**AT ESCLARECE EM TORNO DO NOVO CÓDIGO DO IRPS**Por : *Milco Matavele*

Presidium, composto pelos quadros da AT e o Director-Geral Adjunto do ISAP, este último, a discursar

No âmbito da reforma do Sistema Tributário Nacional, com vista à simplificação de procedimentos para o cumprimento das obrigações fiscais, a Autoridade Tributária orientou uma formação ao Corpo Docente, discentes e funcionários do Instituto Superior da Administração Pública (ISAP), sobre as alterações do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRPS), uma acção que teve lugar nas instalações do ISAP, a 25 de Julho do ano em curso, na cidade de Maputo. A mesma contou com a presença do Director Geral Adjunto do ISAP, Lázaro Impuia, do Director de Formação da AT, e entre outros funcionários da instituição.



Segundo avançou a formadora, Marta Ti-vane, a acção surge na necessidade de pro-

porcionar maior esclarecimento aos funcionários e docentes daquela instituição, no que se refere à nova fórmula de cálculo e apuramento de valores a descontar nos salários, segundo prevê o novo CIRPS.

Por seu turno, o Director-Geral Adjunto do ISAP, Lázaro Impuia, disse estar bastante satisfeito por a sua instituição ter sido escolhida para acolher aquela iniciativa bastante importante. Por outro lado, Raimundo Mapanzene, disse que a instituição estará sempre aberta para esclarecer todas as dúvidas e também para o estabelecimento de parcerias.



Membros do Presidium Lázaro Impuia, Director Geral Adjunto do ISAP

João Emanuel, Docente daquele estabelecimento de ensino que participou no acto, disse que a mesma foi importante, na medida que permitiu maior esclarecimento das alterações feitas no novo CIRPS.



João Emanuel, Docente do ISAP

Refira-se que no âmbito da reforma do sistema tributário, o governo de Moçambique, através da aprovação da Lei 20/2013 de 23 de Setembro, alterou as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRPS), com o objectivo de simplificar os procedimentos para o cumprimento das obrigações fiscais e o alargamento da base tributária.



Raimundo Mapanzene, Director de Formação



EM MATÉRIAS FISCAIS

AT FORMA MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL DA UEM

Por: Geraldina Mabilia



Formandos atentos a formação

A AT realizou, no dia 17 de Julho, do ano em curso, uma formação de disseminadores, aos membros da Associação Estudantil da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com vista a capacitá-los em matérias de tributação.

Esta acção contou, com a presença de quadros da AT (na qualidade de formadores), do Secretário da Associação Estudantil, Argelino Zuande, e dos membros da Associação dos Estudantes Universitários (AEU).

O acto enquadra-se nas acções de disseminadores levadas a cabo pela AT, no âmbito da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto.

Na ocasião, os quadros da AT trataram de vários assuntos, dos quais temos a destacar: Metodologia de Implementação da Educação Fiscal em Moçambique, Noções Básicas Sobre o Imposto, o Estado e a Importância Económica Social do Imposto, Informe do Sistema Tributário Moçambicano, no que concerne aos Impostos Nacionais e Autárquicos, ISPC, Importância Social do Pagamento do Imposto, Projec-

to e-Tributação, e outros serviços da AT.

A representante da Divisão de Educação Fiscal e Aduaneira, Natércia Manhenje, disse ser importante formar e informar o cidadão que não tem conhecimento de políticas fiscais e aduaneiras. “ O Estado só sobreviverá a partir das nossas contribuições, através do pagamento do imposto”, declarou.

Por seu turno, o Secretário da Associação Estudantil Universitária, Argelino Alberto Zuande, considerou aquela acção de formação como sendo valiosa, por um lado, pelo facto de os estudantes terem tido a oportunidade de saber mais sobre a importância social do imposto, por outro, por terem sido capacitados em matérias fiscais e aduaneiras. “Temos sede de matérias fiscais e aduaneiras, afinal somos o pilar do desenvolvimento do país”, acrescentou.

Refira-se que, na ocasião, foram formados 198 membros da AEU.



AOS ESTUDANTES DA ESCOLA COMERCIAL DE LHANGUENE

AT PROMOVE EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

Por : Geraldina Mabilia



Helmano Nhatitima, Chefe da Divisão de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto

No âmbito da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, realizou-se, no dia 25 de Julho do ano em curso, na Escola Comercial de Lhanguene, uma palestra com o lema: “ O Papel da Sociedade na promoção e elevação da Cidadania Fiscal e divulgação dos projectos de Modernização Tecnológica em Curso na AT ”, proferida pelos quadros da AT e representantes do Município de Maputo.

O evento, que contou com a presença do corpo docente e de estudantes, enquadra-se na iniciativa levada ao cabo pela AT, através da Delegação da Cidade de Maputo, no quadro da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, com vista ao alargamento da base tributária.

Na ocasião, falou-se de temas como, o Sistema Tributário Moçambicano, ponto de situação da campanha de Educação Fiscal, importância social do Imposto, Impostos Nacionais e Autárquicos, Cadastro do Nuit, ISPC: sua importância para a Cidadania Fiscal e do projecto e-Tributação.

Intervindo na ocasião, o chefe de Divisão de Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto, Helmano Nhatitima, despertou os participantes sobre a importância do pagamento do imposto, que contribui para a redução da dependência externa e para o desenvolvimento do país. “Ninguém virá de fora para desenvolver o nosso país, é nosso dever contribuir para suprir as necessidades do Estado, para

que este, por sua vez tenha fundos para construção e melhoria das infra-estruturas básicas”, disse Nhatitima numa das suas intervenções.

Para além de realização da palestra, o evento serviu para atribuir e actualizar o NUIT dos futuros contabilistas, formados naquela escola.



Pormenor do processo de cadastração para obtenção do NUIT



Membro da delegação da AT, falando do e-Tributação aos estudantes



Plateia, acompanhando a palestra em torno da cidadania fiscal

AT FORMA DISSINADORES EM MATÉRIAS TRIBUTÁRIAS

Por: Geraldina Mabilia



Estudantes da Escola Secundária Josina Machel, durante a sua formação como disseminadores

No âmbito da Campanha de Educação fiscal Aduaneira e Popularização do Imposto, levada a cabo pela AT, a Autoridade Tributária de Moçambique, realizou, no dia 26 Junho do ano em curso, uma palestra de formação de disseminadores em matéria de tributação, na Escola Secundária Josina Machel, com vista ao alargamento da base tributária.

A palestra foi proferida por quadros da AT e contou com a presença do representante da área de Marketing, Gabriel Daniel, e Membros da Associação Estudantil para Desenvolvimento da Comunidade (AEPDC).

O acto enquadra-se nas iniciativas levadas a cabo pela AT, alocados especificamente ao Gabinete de Comunicação e Imagem, no quadro da Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto.

Na ocasião, os quadros da AT falaram do Sistema Tributário Moçambicano, ponto de situação da campanha de Educação Fiscal, ISPC, importância social do paga-

mento do Imposto, projecto e-Tributação, e outros serviços da AT.

Intervindo na ocasião, a representante da Divisão de Educação Fiscal Aduaneira Natércia Manhenje, disse que a capacitação de formação de disseminadores em matérias de tributação vem no âmbito da

parceria entre a AT e a Associação Estudantil para Desenvolvimento da Comunidade, de forma a criar um vínculo com os formadores, na perspectiva de serem disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras. “É necessário tornar o imposto uma base para o desenvolvimento do país, tendo em vista a redução da dependência externa, a partir da colecta do imposto em benefício de todos”, frisou Natércia.

Por sua vez, o representante da Associação Gabriel Daniel, afirmou ser um privilégio e diz esperar dos membros da Associação a disseminação da informação deixada na palestra pelos quadros da AT.

De referir que, no primeiro semestre deste ano, a Autoridade Tributária de Moçambique formou, em termos globais, cerca de 8.718 disseminadores, dos quais 2.993 na região sul, 3.844 na região centro e 1.881 na região norte. Refira-se que a meta anual está fixada em 18.000 disseminadores.



Foto de família com os formados

Songo: 2 passos a frente

Por: Helmano Nhatitima



No mês de Julho do ano corrente, uma equipa do Gabinete de Comunicação e Imagem, constituída por Lemos Formiga, Helmano Nhatitima, Telmo Letela, Bernardino Manhaussane, Geraldo Conde “homem do desporto na AT”, trabalhou nas regiões Centro e Norte do país.

Os trabalhos nestas duas regiões do país consistiram na realização de Formações de disseminadores, e realização de road-shows. Chitima, Chimoio, Chiure, Nampula foram os locais escalados pela “team” do GCIIm. Muita festa, luz, alegria e dança caracterizaram os trabalhos.

Estando a equipa a trabalhar em Chitima, a Delegada da Província de Tete sugeriu que a “team” visita-se Cahora Bassa, porque afinal de contas, não faz sentido alguém ir a Songo e não ver Cahorra Bassa, é como ir a Brasil e não passar pelo Cristo Redentor, ir a Paris e não visitar a torre Eiffel, ir a Jamaica e não dançar reggae ao som de Bob Marley ou ir a Maputo e não passar pela 10 de Novembro. Não queríamos sair com este sentimento e “zaz” demos gás até Songo.

Levamos cerca de 30 minutos de Chitima até Songo, mas enfim chegamos. Demos uma volta a cidade mas não acreditávamos no que estávamos a ver, mas era a mais pura verdade. Vimos uma cidade com estradas sem buracos, condomínios organizados, jardins lindos, praças muito bem ornamentadas, população organizada, sim vimos uma cidade que esta a 2 passos de avanço em relação ao resto do país, para não falar do clima que é maravilhoso e da Barragem que é divinal. Arrisco-me a dizer que Songo é uma das regiões com melhor qualidade de vida a nível do país.

Mas como Songo chegou aquele estágio?

Porque as outras regiões do país não estão como está Songo? São algumas das perguntas que nos fizemos e logicamente cogitamos

várias respostas e possibilidades.

Pois bem. Songo que outrora fizera parte do famoso império do Monomotapa, fica no Distrito de Cahorra Bassa, Província de Tete e tem lá um importante e imponente empreendimento. A Barragem de Cahora Bassa que significa “acabou o trabalho”, pois para os barcos e carregadores que antigamente subiam o Zambeze era impossível continuar além.

Esta barragem que segundo reza a história, foi Gago Coutinho que ao sobrevoar a área “descobriu” as qualidades da região, é uma das mais importantes de África tem 164 metros de altura, 8 comportas e pode produzir uma potência máxima de 2075MW. África do Sul é o principal comprador da energia produzida.

Recentemente a Barragem regressou as mãos dos Moçambicanos após estar a mando dos interesses portugueses sendo que era considerado o maior investimento português fora de portas. Não foi uma operação barata tendo custado aos cofres Moçambicanos 760 milhões de Euros para reaver os 82 % que estavam nas mãos dos portugueses.

“Cahora Bassa é nossa” disse o PR Armando Emilio Guebuza a quando da reversão do empreendimento para o domínio moçambicano o que foi motivo de júbilo e orgulho para todo povo.

O que é interessante ver em Songo, é que Cahorra Bassa este gigante, não caminhou sozinho. Cahorra Bassa progrediu, cresceu, avançou, agigantou-se com a Vila do Songo local onde esta situada criando assim um desenvolvimento paralelo (do empreendimento e da Vila).

A organização que existe na empresa foi replicada para a vila o que faz de Songo este “paraíso”.



É importante que tenhamos outras “Cahoras Bassas” em Moçambique, isto é, empresas que crescem com a comunidade onde ela está alicerçada, sob o risco de termos um megaprojecto a tirar a riqueza do solo moçambicano e terminado o contrato a empresa arruma as suas “malinhas” cheias de “verdinhas” e “baza” deixando a região onde operou mais pobre do que estava quando ela iniciou os seus trabalhos.

Queremos ver Moatize, Palma - Quionga,

Montepuez-Nhamanhumbir, Panda, Inhassoro, Moma, Nacala desenvolvido e sobre tudo organizado. Queremos que os megaprojectos que lá operam “vistam a camisola” e cresçam com a comunidade construindo escolas, hospitais, vias de acesso etc. Aí sim, sentiremos que vale a pena alguns terem incentivos fiscais ou termos zonas francas.

Moçambique tem cerca de 801 590 Km², estamos a falar de um país que é cerca de 10 vezes maior que Portugal o seu colonizador, mais de 150 vezes maior que Cabo Verde, Moçambique tem quase o mesmo tamanho que Botswana que tem 581 730 km² mais ultrapassa mais de 10 vezes a população deste país pois, até ao ultimo censo, Botswana tinha cerca 1 999 876 hab. e por sinal estes dois últimos países estão muito bem classificados quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Onde quero chegar com estas comparações?

Moçambique é vasto, muito grande e tem muitos habitantes o que de alguma forma faz com que a distribuição da riqueza não chegue para todos daí a comparação com o Botswana que tem quase o tamanho de Moçambique e muito pouca população (em jeito de piada, diz-se que Botswana tem mais gado do que População), ou comparação com Cabo Verde que é um país pequeniníssimo e com boa parte da população na diáspora.

Difícilmente o governo moçambicano conseguira edificar cada metro, cada centímetro ou milímetro deste vasto território. Estas Organizações têm que ser mais participativas na corrida do país rumo ao desenvolvimento equitativo e qualitativo incentivando e estimulando o desenvolvimento nas zonas em que se encontram.

“TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE”

Entrevista com o Coordenador Regional Centro do Desporto na AT

Entrevista conduzida por: Bernardino Manhaussane



A esquerda, com braçadeira, Ivo Gonçalves, Coordenador Regional Centro do Desporto na AT apresentando os atletas ao ex-Delegado da AT na Província de Sofala

Após termos trazido, na última edição, uma entrevista com o Coordenador Nacional das Actividades Desportivas da AT, eis que trazemos nesta edição a entrevista com o Coordenador Regional Centro das Actividades Desportivas da AT para acompanharmos de perto as actividades por si desenvolvidas.

BT: Quando é que iniciou este projecto do desporto a nível da Região Centro?

I.G: A nível regional, o projecto começou há pouco tempo. Mas a nível da província de Sofala começamos a praticar o desporto há 10 anos, numa primeira fase como equipa das Alfândegas de Moçambique, e depois com a criação da Autoridade Tributária passamos a adoptar o nome de equipa da AT.

Estamos há 10 anos a jogar Futebol de 11. Algumas vezes participamos em torneios de Basquetebol, feminino e masculino. Mas não são torneios a longo curso. Estamos mais no futebol.

BT: Que participações das equipas tem a destacar?

I.G: Já participamos em vários torneios recreativos, dentre eles destacamos a nossa participação no Torneio de Futebol de 11 e de Voleibol alusivo ao Dia Mundial das Alfândegas, em Harare, 2005, com as Alfândegas da África do Sul e do Zimbabwe, onde ficámos em 2º lugar tanto no Futebol de 11 como no Voleibol; cam-

peonato nacional de Vilanculos; campeonato nacional de Inhambane, campeonato nacional de Gaza, campeonato nacional de Sofala. Já participámos de torneios organizados pelo Banco de Sangue, em que as equipas tinham de doar sangue.

Por outro, organizámos, em 2010, a nível da província de Sofala a Taça AT, cuja realização do torneio para este ano está prevista para o mês de Agosto. Sublinhe-se que todos estes campeonatos são recreativos e de trabalhadores.

BT: Já se pode falar de títulos conquistados?

I.G: Apesar de não termos ainda ganhado nenhum campeonato provincial, ganhámos alguns torneios organizados pelo Banco de Sangue; ganhámos um torneio do Dia Mundial das Alfândegas a nível da província de Sofala; já fomos três vezes vice-campeões provinciais de futebol recreativo. A nível nacional, conseguimos estar em 4ª lugar. Este ano está a decorrer o campeonato provincial Intertrabalhador e a duas jornadas do término da 1ª volta estamos em 2º lugar, com perspectivas de continuarmos a assumir essas posições, ambicionando o 1º lugar, para participarmos, em representação da

AT, no campeonato nacional de futebol recreativo, a realizar-se na província de Tete.

BT: Quais são as modalidades praticadas na região centro?

I.G: Na província de Sofala temos o futebol de 11, com perspectivas de introduzirmos o Basquetebol feminino e o Futebol de Salão (Futsal), mas tudo no recreativo. Na província de Zambézia temos o Futsal; em Tete temos o futebol de 11, que no ano passado foi o 3º classificado, tendo sido apurado para o campeonato nacional, mas que por falta de condições não participou; na província de Manica temos o Futsal.

BT: Que impacto estas actividades têm produzido na Campanha de Educação Fiscal e popularização do imposto?

I.G: A nível da região, o impacto das actividades desportivas na educação fiscal e popularização é ainda incipiente, visto que a realização de torneios tem sido confrontada com a falta de fundos, o que faz com que não consigamos realizar o nosso desejo. A nível da província de Sofala conseguimos levar as equipas até os distritos. Contudo, nas nossas competições temos sempre presente a Campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto. Uma das acções nesse sentido, é a Taça AT, cujo regulamento prevê que todos os que participam devem ter NUIT. Deste modo, durante os jogos temos feito a cadastração para atribuição do NUIT, e palestras de popularização do imposto.

BT: Algum plano para o futuro?

A nossa maior ambição é de abranger mais distritos. Como sabe, o desporto, especialmente o futebol, movimenta massas. Sendo assim, esperamos ir, cada vez mais, de encontro com os propósitos de, cadastração fiscal e disseminação da importância da contribuição fiscal.



Final da Taça AT, Sofala, 2013

“PERSISTÊNCIA GANHA VITÓRIA”

- Diz Teotónio Aminosse, funcionário da AT, que partilhou com o leitor um pouco da sua vida pessoal e profissional.

Entrevista conduzida por: Geraldina Mabilia



Teotónio Aminosse, recebendo das mãos do Presidente da AT, uma Menção Honrosa, por ter cumprido com a meta de cobrança fixada para o TIEPO

Entrevista conduzida por: Geraldina Mabilia

“Persistência ganha vitória” diz Teotónio Aminosse, funcionário da AT, que partilhou com o leitor um pouco da sua vida pessoal e profissional.

Boletim Tributário (BT): Fale-nos um pouco de si.

Teotónio Aminosse (T.A.): O meu nome é Teotónio Aminosse, filho único de Armando Aminosse e de Virgínia Aminosse, primos. Sou solteiro e pai de 3 filhos. De momento, aguardo pela composição do júri para defesa da dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Desenvolvimento, na especialidade em Comércio e Finanças Internacionais.

BT: Conte-nos um pouco sobre a sua carreira profissional.

TA: Antes de ingressar na AT, trabalhei numa ONG Alemã (GFC), para o desenvolvimento, como Freelancer (prestava serviços). Depois inscrevi-me nas Alfândegas de Moçambique, onde me encontro actualmente, a desempenhar as funções de Chefe do Terminal Internacional de Encomendas Postais.

BT: Quando é que entrou na AT?

T.A: Entrei na AT, em 1998, no grupo de Junho.

BT: Quando ingressou na AT, qual foi a sua

primeira função?

T.A: Quando ingressei na AT, a primeira função que exerci, foi a de Chefe de Verificação de TIAUTO II, depois a de Chefe de Equipas Móveis, na fronteira de Namitil e, ainda, Chefe de Equipas Móveis, no distrito de Moeda, província de Cabo Delgado. Depois, passei para o Terminal

Internacional de Encomendas Postais, onde me encontro a exercer a função de Chefe do Terminal.

BT: Que desafios tem enfrentado no seu sector de trabalho?

T.A: O desafio que tenho é o cumprimento de metas. É fazer perceber aos colegas que o trabalho deve ser feito por equipa.

BT: Sente-se satisfeito com o trabalho que faz?

T.A: Sim, sinto-me satisfeito com trabalho que faço, por ter uma equipe forte e pelo facto de estarmos a cumprir com as metas estabelecidas pela instituição.

BT: Como funcionário, sente que está gozar plenamente dos seus direitos? Porquê?

T.A: Sim. Sinto que estou a gozar dos meus direitos porque tenho uma carreira profissional, algo que todos nós almejamos e acautelamos.

BT: Que avaliação faz em relação ao desempenho da instituição?

T.A: Faço uma avaliação positiva, tendo em conta o facto de a AT estar a cumprir, anualmente, com as metas de arrecadação de receitas para o Estado, o que concorre para a redução da dependência externa.

BT: Tem alguma sugestão que acha que pode melhorar o trabalho da instituição,

particularmente do sector onde trabalha?

T.A: Penso que devia haver um sistema de controlo de encomendas postais, de modo que a instituição e o Estado tenham melhor controlo sobre essas mesmas encomendas.

BT: Que momentos marcantes da sua vida profissional ou pessoal gostaria de partilhar com o leitor?

T.A: Vivi numa aldeia sem energia eléctrica nem água potável, à 500m da linha da fronteira com Tanzânia. Eu era obrigado a ir buscar água directamente no rio Rovuma.

Um outro momento marcante para mim foi quando fiz o ensino à distância, na Universidade Aberta de Lisboa. Depois fiz outro curso superior à distância, no Instituto Superior Politécnico Universitário (ISPU), apesar de viver em Namitile e naquelas condições.

O desafio valeu a pena, porque consegui ter uma carreira profissional, graças ao esforço. Agora com o mestrado que já está no fim.

BT: O que tem feito nas horas livres?

T.A: Sou amigo da natureza. Tenho ido ao campo partilhar os meus conhecimentos de culinária com as pessoas, fazendo churrasco de carne assada.

BT: Qual é seu programa televisivo predilecto?

T.A: Eu gosto de assistir o noticiário e programas desportivos na TIM, TVM e STV.

BT: Qual é o prato favorito?

T.A: O meu prato favorito é xima com couve.

BT: Que mensagem gostaria de deixar aos colegas?

T.A: A mensagem que gostaria de deixar aos colegas é a necessidade de sermos persistentes para ganhar vitória.

“QUANDO ACEITO, LEVO A MISSÃO A PEITO, A CEM POR CENTO”

- Rosário Fernandes, Presidente da AT

Assim o disse o Presidente da AT, em entrevista exclusiva ao programa Grande Entrevista da Televisão Independente de Moçambique (TIM), um programa que convida personalidades do panorama político económico e social de Moçambique. Desta vez, coube ao Dr. Rosário Fernandes falar de si e de vários aspectos ligados à instituição que dirige.



Foto para a posteridade tirada após a entrevista com o Presidente da AT, Rosário Fernandes. Da esquerda a direita, Alfredo Júnior, Apresentador, Rosário Fernandes, Presidente da AT, João Ribeiro, Director Geral da TIM, Margarida Saldanha, Delegada da AT na Cidade de Maputo

TIM: Quem é Rosário Fernandes?

R.F. É um cidadão nascido na região centro, no distrito de Caia, já há alguns anos. Trabalho na instituição desde 2006, por indicação de entidades competentes, e vou fazendo o meu trabalho até a presente data.

TIM: Seu percurso de vida. Onde começou a estudar e até onde foram os seus estudos?

Eu fiz o meu ensino primário no distrito de Caia, num centro missionário de acomodação de menores e outros. Na altura, chamava-se Vila Fontes. Dali, passei para o segundo centro missionário (São Benedito da Manga), a alguns quilómetros da cidade da Beira, também em regime de internato. Fiz o secundário também por ali. Mas, por razões várias, aquela instituição não podia certificar os quadros. Por isso, tive de fazer exames na cidade da Beira. Portanto, fiz o meu ensino secundário por complementaridade também

em duas escolasecundárias da Beira: Francisco Manyanga (que agora é Sansão Muthemba) e Pero da Naia (que agora é Liceu Samora Machel). E dali passei para outro centro internato que albergava também quadros em situação de carência, o centro da Catedral, de onde consegui acesso à Universidade de Lourenço Marques, Faculdade de Economia. Entrei na universidade com nota de dispensa e, naturalmente, progredi na minha carreira. Concluí os meus estudos e entrei para a Função Pública como qualquer outro cidadão. De lá para cá, venho fazendo os meus trabalhos.

TIM: Estudou numa entidade educacional ligada aos missionários e depois teve a sua formação em escolas públicas até ao ensino superior na Universidade Eduardo Mondlane. Como é que vê a sua personalidade relacionada com a sua educação?

Eu penso que se relaciona um pouco com o

tipo de vivência de cada um dos cidadãos. O meu percurso pelos centros, de certa maneira, definiu a minha maneira de ser, o carácter, o temperamento, e a relação com a sociedade, sobretudo nos grandes princípios éticos e deontológicos que se impõem cumprir. Esse aspecto foi muito importante na área educativa, permitindo que eu próprio sementasse valores e princípios, e os defendesse.

“Os princípios que me guiam são a integridade, a transparência nos actos, a fidelidade às boas maneiras de trabalhar, o respeito aos cidadãos.”

TIM: Quais são os princípios que o guiam?

Princípios de integridade, de transparência nos actos, de fidelidade às boas maneiras de

trabalhar, o respeito aos cidadãos. E também o sentido de patriotismo e de amor aos imperativos do Estado, quer se trate de uma entidade privada ou pública. Isso é que transcreve o princípio de cidadania de cada um dos indivíduos. Eu também afirmo neste âmbito, e cultivo este pressuposto que faz parte integrante da minha maneira de ser.

TIM: E a sua relação com a família. Ganhou também essa forma de ser no seio da família? É filho único ou tem outros irmãos. Como é que é o seu relacionamento no seio da família?

Tenho irmãos. Como eu disse, vivi num centro internato, numa idade muito tenra, quando a minha mãe, por imperativos vários, estava separada e devia deslocar-se a Malawi. Então, eu fui educado nestes centros missionários e fiquei de certa maneira distante dos meus irmãos, de familiares directos, porque evolui de centro para centro. Mas em todas as férias, onde houvesse férias, havia sempre aquela tendência de procurar familiares. Portanto, sabia suprir essas diferenças de ausência, de não convivência directa com a família.

TIM: Cursou economia na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, a maior universidade do país, e depois entrou para o sector público, como funcionário público. Qual foi o seu primeiro emprego?

O meu primeiro emprego foi nos Serviços Geográficos e Cadastrais. Era Aspirante Interino. Ingressei através de um concurso. Dali, fiz a minha carreira normal de funcionário público. Passei por 13 instituições diferentes, antes desta onde me encontro neste momento. Uma das mais privilegiadas que eu sempre noto como parte integrante da minha carreira foi na área de educação, onde não só fui Professor, como também Membro do Conselho de Direcção. Tive, calculo, uma contribuição enorme, sobretudo na formação de quadros, muitos dos quais da instituição onde me encontro agora.

TIM: Destas 13 instituições onde esteve a trabalhar, qual é a que mais lhe marcou?

Todas me marcaram, cada qual à sua maneira. Não quero distinguir em especial alguma. Algumas com maior ou menor complexidade, mas digamos que em todas elas, a de maior risco é esta onde me encontro neste momento. É de maior risco pela natureza, pela complexidade, e sobretudo pelas pressões externas, quando se lida particularmente com operações do comércio externo e com ilicitudes de ordem vária. Há uma grande pressão de indivíduos, de sociedades, sobre aquilo que devem ser as boas práticas de fazer um trabalho profissional. Convenhamos que terá sido e há-de ser esta instituição a que me terá dado maior embaraço.

TIM: Quando é que ingressa na AT?

Em 2006, numa circunstância em que os impostos internos e as alfândegas, no ano

anterior, em 2005, estavam no mesmo Ministério. Em tempos idos, as Alfândegas já tinham-se integrado no Ministério do Comércio Externo. E depois passou a incorporar-se novamente no Ministério das Finanças. Nesse quadro, era preciso enfrentar uma situação difícil, que era de juntar as duas instituições com culturas distintas, com situação de disparidade até salarial nas carreiras profissionais e outros aspectos, e até de assimetria na distribuição de quadros, dos próprios centros de acomodação, escritórios, etc. A minha primeira acção, ou uma das primeiras acções mal tomei posse, foi fazer deslocação a praticamente todas as províncias, sobretudo a lugares mais recônditos, onde tais situações estavam já identificadas. Era preciso trazer os elementos necessários para os corrigir. Foi justamente isso que foi feito, não precisamente em 2006 mas a partir de 2007, quando foi constituído o primeiro Conselho Directivo da instituição, envolvendo outros quadros, onde estas matérias tinham de ser discutidas e enfrentadas. Isso implicava questões orçamentais, logísticas, e sobretudo de participação massiva, o que significava eu ter de contar com cada um dos factores humanos, desde as chefias até as bases.

TIM: Qual foi a principal missão que o Governo lhe confiou?

A missão é de Lei. Era de garantir que a arrecadação de receitas prevista por lei orçamental em cada ano fosse efectivada. Portanto, tomei isso a peito e circuncie também outros aspectos colaterais, nomeadamente a formação, infra-estruturas, e outros elementos adjacentes, sem os quais não seria possível garantir essa arrecadação de receitas. Tomei em conta que todos os aspectos circunstanciais eram mutuamente úteis para enfrentar este desafio que, de outro modo, não teria conseguido. Tinha que contar com o factor homem, cada um dos colegas, todos e cada um, como parte integrante de diferentes equipas de trabalho, a todos os níveis, em todas as províncias. Dali, o termos criado delegações provinciais, além das regionais, para permitir um protagonismo directo de cada um dos colegas na formação das receitas do Estado.

“Devo confessar que a minha primeira atitude no convite ao cargo foi de recusa.”

TIM: Foi fácil aceitar este desafio, tendo em conta que Moçambique é um país deficitário e tinha a missão de aumentar as receitas do país, um país que é dependente da ajuda externa?

Devo confessar que a minha primeira atitude no convite ao cargo foi de recusa. Eu não aceitei logo de primeira as funções. Achei que estaria melhor acomodado se tivesse

uma contribuição mais consultiva, e pensava até que, pela idade que tenho, essa missão consultiva me caracterizaria melhor do que a activa, do que como um operador activo, na arrecadação de receitas. Portanto, não foi uma atitude de aceitação, foi uma atitude de recuo, de certa maneira, de pensar que haveria melhores quadros para fazer essas funções do que eu. Mas eu tenho uma característica própria. Fui desportista, no campo de futebol pensava que tinha que ser um dos marcadores, um dos jogadores activos no campo. Só assim valia a pena ser posto a jogar. E tomando este exemplo da área desportiva, na área profissional sou mesmo assim. Quando aceito, levo a missão a peito, a cem por cento. Ponho a pátria, o Estado, a sociedade em primeiro lugar. A missão que me é confiada superintende sobre a minha vontade pessoal, muitas vezes com riscos elevados, até ao enésimo dia em que devo deixar as funções.

“Terei sido um condutor, um coordenador de homens e mulheres da instituição, determinados, para permitir que essa redução da dependência externa fosse efectivada.”

TIM: Volvidos estes 8 anos, que avaliação faz da sua actividade, do seu papel para que Moçambique deixe de ser um país deficitário, no que diz respeito à arrecadação de receitas.

Não gosto de fazer auto-avaliações, mas posso interpretar a minha acção. Terei sido um condutor, um coordenador de homens e mulheres da instituição, determinados, para permitir que essa redução da dependência externa fosse efectivada. Nós vimos isso, de facto, nos indicadores. Como sabe, até 2005 o nível de Rácio Fiscal, que é a relação entre as receitas arrecadadas e o Produto Interno Bruto, era aquém dos 14%. E era preciso fazer um trabalho aturado para reverter a situação. Fiquei feliz quando, ao longo dos anos, e todos consecutivamente desde 2006, a Lei Orçamental era sobrecumprida, o que significava que o Rácio Fiscal também era evolutivo. E fechamos o ano passado na casa dos 27%, ou seja, quase duplicando aquilo que encontramos no cenário até 2006, o que é um orgulho nacional. Isso nos permite entrar no patamar de competitividade regional e desafiar países da região em situação que pode ser até inferior à nossa, é o caso da Tanzânia que está nos 18% até agora, contra os 27% nossos em Rácio Fiscal. Portanto, isto é bastante animador, sobretudo no nosso propósito gerencial, de fazer com que essa dependência externa fique situada em torno, agora nestes anos, dos 30% a 35%, no máximo. Mas antevê-se em 2025, isto de acordo com o cenário de visão das Finanças Públicas, que a dependência externa se situe em 3%, se os factores de perturbação não

forem de tal maneira lesivos que atentem contra este princípio de estabilidade do Rácio.

TIM: Isto quer dizer que se Moçambique continuar neste ritmo, a breve trecho vai deixar de ser um país dependente da ajuda externa?

Eu calculo que todos os indicadores terão de ser postos à prova para garantir que este objectivo seja consequente. Portanto, se ocorrerem variáveis, como a pressão externa que perturba esse desiderato, naturalmente não vamos chegar até lá. É preciso que haja factores de estabilidade, desde a estabilidade política, económica e social, que as variáveis se comportem duma maneira harmónica, para permitir que os indicadores possam gerir de forma harmónica e esse desiderato seja conseguido. É nossa vontade é de que, com a exploração dos recursos naturais, o país atinja a estabilidade económica. A partir de 2018, assim diz o prognóstico, se sentirão os primeiros sinais do efeito do gás natural, e teremos o carvão a ser exportado a uma escala mais competitiva. É o que está a ser desenhado. Isto vai ter uma repercussão no adensamento dos activos do Estado, e significa também alargar a base colectável, melhorar o nível de fiscalidade e tornar o país mais competitivo.

“Qualquer investimento tem riscos e tem o seu período de maturação.”

TIM: Fala de uma perspectiva para 2018, em que Moçambique passa a sentir os efeitos da exploração dos recursos minerais e naturais que já está a acontecer. Muitas pessoas que acompanham a apresentação do orçamento do Estado Moçambicano anualmente questionam por que não, agora tendo em conta que alguns projectos de exploração de recursos minerais e naturais já acontece a longa data. Por que não é agora em 2014 que esses efeitos começam a se fazer sentir?

Qualquer investimento tem riscos e tem o seu período de maturação. Portanto, nenhum investimento é feito com resultados imediatamente positivos. O investimento tem risco, tem custos de instalação, remuneração dos factores, pagamentos dos colaterais nesses encargos, muitas vezes num mínimo de 3 anos, alguns com 5 ou 7 anos, outros com mais período até o ponto de equilíbrio e

ali gerir a estabilidade e começar a produzir os primeiros lucros. Quando isso acontece, o Estado, em consonância, faz aquilo que se chama benefícios fiscais ou incentivos à actividade económica. Estabelece regras, estabelece as taxas de incentivo, estabelece o período de incentivo, no nosso caso são 5 anos. É suposto pensar que ao fim de 5 anos a tal empresa beneficiada, a partir das avaliações dos resultados, consiga cumprir com as suas obrigações fiscais. Portanto, é suposto que haja uma reflexão na carteira fiscal, desta recuperação. Isto nem sempre acontece. Há muitas empresas, em número considerável - nós temos 31 empresas por nós diagnosticadas que já ultrapassaram os limites consentidos por lei, os 5 anos - que pedem a revalidação do prazo, evocando motivos de ordem vária que perturbam a sua actividade económica. Quando isto acontece, significa

muito dinheiro com responsabilidade social e gostaria de ressarcir-me disto, e quero um período dilatado de mais 2,3,4,5 anos. Portanto, caso a caso, competirá à entidade competente, ao Estado, até ao Conselho de Ministro, se necessário, para apreciar uma situação destas, mas no mínimo o ministério de tutela técnica, e tutela financeira para ajuizar sobre a validade de um pedido e a circunstância de admitir ou não que haja essa revalidação do prazo.

TIM: Nos últimos anos, o presidente da Autoridade Tributária tem vindo a apresentar resultados da receita que advém das mais-valias. Como é que funciona este sistema em que o Estado arrecada receita sobre as mais-valias?

Primeiro dizer que a legislação já prevê um regime de tributação de mais-valias. Isto está no cerne do Sistema Tributário Nacional, da política fiscal, sempre intervir quando se trate de transacção de activos ou de qualquer venda de partes sociais, como acontece com qualquer transmissão de património. O caso mais simples e mais vulgar acontece com a transmissão do património imobiliário, com o imposto de SISA, 2% se aplica nessa transmissão. E a população está

perfeitamente serena a saber que mesmo em casos de transmissão imobiliária normal de qualquer cidadão, há lugar ao pagamento do imposto, neste caso, do imposto de SISA. Por que não quando se trate de activos daquela dimensão, quando resulte de apropriação de quotas significativas, no caso de Bacia do Rovuma, mas também de mineração, e haja transmissão? O pressuposto, quando qualquer entidade tem licença, por exemplo de produção mineira, é que ela faça a produção mineira. Sempre que essa entidade fizer transmissão de activos tem que saber, à partida, que está sujeita à fiscalidade, imposta por lei. Quando isto acontece, naturalmente, terá que haver uma incidência fiscal. Nos últimos anos, a partir de 2011 particularmente, se desenharam cenários mais significativos de impacto, na economia, de transmissão desse tipo de activos. Começou com a mineradora Riversdale, quando as partes sociais ao grupo Rio Tinto, cujo contencioso prevalece até a data. Seguiram-se depois as grandes transmissões de activos, envolvendo empresas que estão na Bacia do Rovuma, particularmente a Anadarko, a Eni, e estão em carteira as intenções de transmissão de outras empresas. Mas o que é certo, nos últimos 3 anos, e mais propriamente nos dois últimos, 2012 e 2013, o país conseguiu



Momento em que o Director Geral da TIM faz uma apresentação a equipa da AT acerca do funcionamento da televisão que dirige

o Estado assumir novamente despesa fiscal, que é isto que significa quando há benefícios fiscais, o Estado a pagar o imposto ao invés dessa empresa, assumir ele próprio esse ónus fiscal, o que tem efeito retractor em relação às receitas que ele vai arrecadando para satisfazer despesas públicas, todos os anos. Então, se essas receitas pudessem afluir aos cofres do Estado com a mesma intensidade com que as despesas devem ser realizadas, haveria mais harmonia entre a despesa e a receita arrecadada. Agora, quando há alguns que pagam e outros deixam de pagar, e o lapso de tempo é longo, é penoso, sobretudo para a população, para a própria economia, particularmente quando há efeito contrário aos investimentos. Alguns, quando chegam à fase de maturação, ainda estão em recessão económica.

TIM: Em relação às 31 empresas que pediram ao Estado a revalidação do prazo de benefícios fiscais. Qual será a resposta do Estado. Será que o Estado irá ceder este pedido?

A análise é sempre casuística. Analisa-se empresa por empresa consoante a sua complexidade e muitas vezes acções de responsabilidade social que tenham prestado, e algumas vezes evocam esse factor. Eu gastei

arrecadar 1.3 biliões de dólares acumulados, só em tributação de mais-valias que resultaram da transmissão deste tipo de activos.

TIM: Para este ano, qual é a perspectiva no que diz respeito à arrecadação de receitas provenientes das mais-valias?

Nós temos tido muita prudência de apenas informar resultados quando eles estão à vista. E fazemos sempre assim. Já transmitimos, em comunicados, as operações, dissemos que há operações em curso. Isto faz-se dentro do princípio de sigilo profissional, porque trata-se de discutir parâmetros que tem uma certa delicadeza, e essa delicadeza tem que ser respeitada porque a lei assim o impõe. Portanto, sempre que ocorre uma informação, que é uma informação de direito público, para conhecimento público, porque é de direito público, nós nos obrigamos a prestar a devida informação, como fizemos até aqui. Com certeza que em momento próprio vamos informar sobre todas as operações que ocorrem neste ano 2014 e seguintes, em relação às operações que estão em carteira.

TIM: Desde que a Autoridade Tributária iniciou a cobrança de receita das mais-valias, o impacto destas receitas na carteira fiscal global do Estado é até de apenas 10%. Que comentário faz deste impacto?

Temos que apreciar uma evolução estrutural desse fenómeno. Se pegarmos na evolução de receitas de 2006 até 2009 vamos encontrar um cenário tal em que o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares se situava aquém, em termos de valor absoluto, do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas. Deve ter reparado que nessa altura nós tínhamos iniciado um diálogo aberto coma a CTA e a classe empresarial sobre como alterar os termos, como fazer com que as pessoas colectivas, em valores absolutos, pudessem ter uma prestação adicional maior. Assinámos até memorando de entendimento, em 2010, com a CTA, com esse propósito, envolvendo toda a classe empresarial. Em 2011, com a arrecadação de mais-valias, mas também com uma prestação significativa do sector empresarial fora dessa tributação de mais-valias, nós assistimos à inversão da situação. Em 2013 tivemos o pacote de rendimento de pessoas colectivas 2.5 vezes maior do que o pacote de rendimento de pessoas singulares, o que significa uma inversão significativa, sobretudo a partir de 2009 até aqui, em que há uma preponderância enorme da acção contributiva das pessoas colectivas, em relação às pessoas singulares. É muito bom porque significa, aparentemente, despenalizar as pessoas singulares. Como, sabem, há uma grande pressão das pessoas singulares, questionando o facto de os impostos serem muito elevados em relação à tributação das pessoas colectivas. Mas também vaticinamos, no futuro, com mais rigor em 2025, um sentido de estabilidade orçamental maior, em que o Estado estará pressionado a fazer uma revisão em baixa da taxa do imposto, em particular sobre as pessoas singulares, mas

também sobre as pessoas colectivas.

TIM: A tributação dos grandes projectos em Moçambique tem suscitado um grande debate, com muitos analistas a considerarem que os grandes projectos que estão em curso no país deviam pagar muito mais impostos do que o que estão a pagar actualmente. Qual é a visão do Presidente da AT sobre este aspecto?

É de alinhamento total com as boas práticas internacionais. Isto quer dizer, em circunstâncias do término dos benefícios fiscais, os 5 anos, aquelas empresas estão sujeitas ao pagamento das taxas de imposto que estão previstas por lei, e no quadro de boas práticas internacionais de estabelecimento de taxas de imposto desta natureza sobre o rendimento. Elas terão que se sujeitar ao pagamento do imposto nos termos de lei, e essa reforma legislativa, sobretudo ao regime de tributação para a área mineira e petrolífera, já dá alguns indicadores de cenário futuro nesse aspecto.

TIM: Acha que com esta reforma que foi aprovada recentemente pela Assembleia da República, o cenário poderá alterar em benefício de Moçambique?

Não totalmente. Relativamente, porque essa revisão gere a transição até 2018. Não gere o cenário pós 2018. Significa que há alguns incentivos, há alguma situação de transição. Há análise casuística dos imposto sobre a produção, uma análise pontual, caso a caso, em relação à pressão dos factores, nesse caso os investidores, os seus riscos de investimento, e vários aspectos que também são constrangimentos da própria acção empresarial, sobretudo quando envolvendo o empresariado nacional, no quadro de parceria público-privada. Como sabe, a própria lei prevê que o factor doméstico, nesse caso o empresariado nacional, tenha uma parte activa e significativa também na formação accionista do futuro. Isto não é feito sem o devido incentivo, sem a devida protecção do Estado. Portanto, esta realização tem que ser, também, transitória neste aspecto. Mas a partir de 2018, naturalmente a acção fiscal é mais incisiva.

TIM: Quer dizer que está reforma só se vai fazer sentir mais para frente para os projectos que já estão em curso?

O que estou a dizer é que pode obrigar a uma nova revisão legislativa para acomodar as imposições pós 2018. Esta solução ainda é transitória para também garantir a protecção dos investimentos, particularmente nacionais.

“A solução estratégica seria, o Fundo Soberano de Riqueza.”

TIM: Em relação às receitas sobre as mais-valias. Muito se disse também em relação àquilo que deve ser a aplicação destes fundos que advêm das mais-valias. Uns advogam que se devia criar um fundo soberano nacional, outros advogam que se devia fazer uma aplicação directa ao Orçamento do Estado. Qual é a visão da AT sobre as receitas das mais-valias?

Nós oferecemos a visão em público. Tornámos pública a visão, oferecendo caminhos possíveis de solução. E isto foi escrito e transmitido. Oferecemos duas áreas de aplicação, uma que podia ser uma solução mais conjuntural, e outra que seria uma solução mais estratégica, de futuro. A solução estratégica seria, o Fundo Soberano de Riqueza. Quando isto acontece, significa que, de acordo com as boas práticas, esses dinheiros vão fluir numa certa conta e o capital fixo não é mexível. Os juros decorrentes deste capital fixo podem entrar em conta corrente no orçamento, isto com o Fundo Soberano que é a solução estratégica de médio e longo prazo. Aquelas soluções conjunturais, também oferecemos duas, que é o Fundo de Estabilização Macroeconómica e o Banco de Investimentos, que é aplicado com a criação de um Banco de Desenvolvimento. São dois cenários de carácter conjuntural. Nesta situação, podem, estes dinheiros, ser geridos domesticamente, capitalizados neste Banco de Investimento, o Estado entrar na estrutura accionista totalitária ou em parceria estratégica e beneficiar dos dividendos disso, e usar os dividendos para fins sociais ou



O Presidente da AT aproveitou a ocasião para brindar o Diretor Geral da TIM com algumas publicações da AT

públicos. O Estado beneficia, também, dos juros de capitalização, dentro dum banco que está a ser gerido domesticamente, enquanto o Fundo Soberano poderá até ser capitalizado fora do país. É comum, em boas práticas, buscar-se aquele banco de maior nível de capitalização e preferir-se que esse remunere esse investimento para que os juros daí decorrentes, que entram na conta corrente, sejam juros mais avançados, do que numa geração doméstica. Mas também o Fundo de Estabilização permitiria que essa conta pudesse ser gerida pelo tesouro, pelo Banco Central, normalmente para corrigir duas coisas que são fundamentais: as Reservas Líquidas Internacionais, por exemplo, e a Gestão Cambial do país. Normalmente, esta solução, Fundo de Estabilização, é mais requerida pelos bancos centrais. A solução Banco de Investimento, ou Banco Comercial de Investimentos - nós temos um, o Banco Nacional de Investimentos - poderá ser a entidade que mais requer uma solução desta natureza.

TIM: E o que tem a dizer em relação à solução que está a ser aplicada agora?

Também oferecemos esta hipótese, que enquanto não se institucionalizar qualquer destas três modalidades, a estratégica e as duas conjunturais, propusemos que o Estado, querendo, através do Conselho de Ministros, poderá decidir sobre a aplicação normal em despesas consideradas estratégicas. Isto eu deixo à entidade competente, para melhor explicar os critérios dos tais aspectos estratégicos, considerados como fundamentais de aplicação deste recurso.

“Partimos, em 2006, com 391.000 contribuintes em todo o território nacional, e estamos agora com 2.970.000 registados.”

TIM: Um dos pressupostos da AT para que Moçambique deixe de ser dependente é o alargamento da base tributária. Que avaliação faz deste trabalho que está a ser feito desde 2006 a esta parte?

A avaliação é de que teremos conseguido motivar o cidadão no seu protagonismo em torno do princípio de cidadania fiscal. Nós investimos forte, sobretudo a partir de 2010, no Movimento Nacional de Educação Fiscal e Popularização do Imposto. Partimos, em 2006, com 391.000 contribuintes em todo o território nacional, e estamos agora com 2.970.000 registados. Isto significa termos 7,5 vezes mais contribuintes do que aqueles que estavam registados em 2006. Isto, também, é fruto dessa campanha massiva e integrada, que abrange todo o território nacional em movimento incansável, através da nossa área de Cadastro Fiscal e do Gabinete de Comunicação e Imagem, que fazem caravanas, deslocamentos pontuais, provocando

disseminadores a todos os níveis, envolvendo vários interesses, desde empresariais às classes juvenis, escolas, universidades, academias, de uma forma geral, a sociedade civil como parte integrante dessa marcha de “Todos Juntos Fazemos Moçambique”, que tem sido o nosso lema de rodapé. Portanto, nesse aspecto, podemos dizer que tivemos um crescimento significativo, e isto saldou-se no seguinte: permitiu que tivéssemos a partir do nível que podemos considerar de população economicamente activa, aquela que está potenciada para pagar imposto, podemos tomar 47% dos 25 milhões de habitantes que nós somos (nos 47% incluímos a população que vai de 0 a 15 anos de idade e a população idosa sem capacidade de exercício da fiscalidade, mais outros que por qualquer motivo não estão em condições de poder pagar o imposto). Portanto, excluímos estes, excluímos 53% e ficamos os 47% que podem ser potenciados a pagar o imposto. Então, isto significou já termo duplicado em termos do nível de acção contributiva na massa fiscal, termos passado dos 10% a 11% que dizíamos em 2006, 2007, para 20% a 21% que podemos dizer agora da acção contributiva.

TIM: Dados de 2013 indicam que existem cerca de 2.700.000 contribuintes. Quando fala do alargamento da base tributária, refere-se apenas ao número de contribuintes que têm o NUIT?

Estes 2.700.000 são do fecho de 2013. Agora que estamos a falar somos 2.970.000 contribuintes. Já evoluímos bastante. A cadastração passa pelo rastreio dos elementos fundamentais de identificação do contribuinte, a atribuição do número e do respectivo cartão. Não significa que o detentor do cartão, ou do número, seja a pessoa que efectivamente esteja a pagar o imposto. Pode não estar em idade, pode não estar na capacidade fiscal, é por isso que falei dos números há pouco. Quando me referi àqueles de população economicamente activa, referi-me àquela população que está potenciada a pagar o imposto. Quando fazemos os nossos cálculos, o nosso prognóstico é feito, rigorosamente com base naqueles, temos que extrapolar dali aqueles que pagam efectivamente o imposto, em relação à população economicamente activa do país, que também extrapolamos dos 25 milhões de habitantes.

TIM: Tem-se dito que ainda são muito poucos os moçambicanos que pagam o imposto. O que é que a AT está a fazer para a popularização do imposto, para que cada vez mais pessoas paguem o imposto?

Como disse há pouco, a nossa Unidade de Cadastro Fiscal e o Gabinete de Comunicação e Imagem têm feito o seu trabalho em caravanas de disseminação do imposto por todo o país. Mas, também, há um outro pressuposto, o alargamento da base tributária através de aproximação de unidades de colecta ao contribuinte. Em 2006, tínhamos 30 pontos de colecta de tributação interna, passamos para 98, ou seja, criamos 68

novos postos, entre fixos e móveis, espalhados por todo o país, em zonas mais recônditas, sobretudo fronteiriças. Tínhamos que ser nós a tomar essa iniciativa de criar essas unidades próximas do contribuinte como forma de facilitar a reprodução fiscal. Com estes postos, a população presta, de forma mais cómoda, as suas obrigações fiscais.

TIM: Uma das formas de arrecadar mais impostos é ir ter com aquele grupo considerado de grande poupança. Que acções a AT tem estado a desenvolver no sentido de que aqueles que têm mais dinheiro paguem mais imposto?

O princípio que nós temos sempre proposto às entidades a quem cabe decidir sobre as isenções fiscais, desde o Ministério, o Conselho de Ministros e a Assembleia da República, é o princípio de quem mais pode, mais paga. Esta é a expressão que temos usado. Portanto, se pode comprar um activo por um valor considerável, é suposto pensar que também pode pagar a verba requerida de acção contributiva do importador para os Cofres do Estado. Este é o princípio. As excepções são previstas por lei e podem ser decididas por níveis competentes, apreciando os circunstâncias que estes níveis julgarem preponderantes para poder decidir positivamente por casos de grande poupança, e querendo, por exemplo, fazer importação de mercadoria. Portanto, são situações muitos excepcionais, mas regra geral é essa que me refiro. Se se trata de um Valor Aduaneiro muito elevado, é suposto que essa entidade suporte o encargo que seja directamente proporcional a isto, e as taxas vão ser, naturalmente, aplicadas nessa dimensão.

TIM: A AT tem algum plano para fazer auditoria um pouco mais contundente, e recuperar dinheiro, por exemplo ao sector privado, em empresas que não têm estado a contribuir devidamente, para aqueles que movimentam elevadas somas financeiras no nosso país?

Nós temos duas auditorias paralelas. Uma é com relação à tributação interna, a nossa Direcção de Fiscalização e Auditoria. Está em todo o país, centralizada, mas com ramos provinciais descentralizados. E temos, nas Alfândegas, a Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência, que também analisa todos os ilícitos aduaneiros e faz uma intervenção directa. E todos os anos prestamos um relatório que é distribuído às entidades competentes, o governo, a Procuradoria-geral da República, com a qual nós assinamos um Memorando de Entendimento em 2010, e então prestamos uma relação de comunicação mútua sobre essas matérias. Sempre que ocorrem ilícitos, nós fazemos a transmissão de elementos preponderantes, sobretudo quando haja provas produzidas. É esse o pressuposto. Estamos num Estado de direito, temos que reunir provas relevantes antes de fazer instrução preparatória que possa ir para os lugares competentes.

CONSELHO DA FISCALIDADE



UM LEMA EMBLEMÁTICO PARA A XI SESSÃO DO CONSELHO DA FISCALIDADE

Em Moçambique, a temática de tributação sobre a exploração de recursos naturais tem vindo a alimentar debates e vozes sobre a sua real contribuição na receita pública e consequentemente a sua contribuição na redução dos níveis de pobreza.

Vários relatórios mostram que a exploração sustentável e tributação equilibrada poderiam contribuir para a melhoria da provisão de serviços básicos, tais como

Educação, Saúde, Água e Saneamento, bem como, criar mais postos de trabalho, reduzir as desigualdades sociais e tornar o País menos dependente da ajuda externa, reduzindo deste modo a pobreza.

Justiça fiscal é usar o sistema fiscal para reduzir desigualdades.

Quando falamos de sistema fiscal, entendemos este como um conjunto coeso de elementos determinantes de arrecadação de receitas públicas.

Com fundamento nestes pressupostos, o Conselho Superior Tributário, na sua XV Sessão Extraordinária, realizada no dia 20 de Maio de 2014, deliberou o seguinte Lema emblemático para a XI Sessão do Conselho da Fiscalidade:

“Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social”.

CONSELHO DA FISCALIDADE EM RETROSPECTIVA

Estando em preparação a XI Sessão do Conselho da Fiscalidade, a ser realizada em Nampula, no próximo dia 15 de Agosto, colocamos à disposição dos leitores uma breve retrospectiva das dez primeiras sessões do Conselho da Fiscal-

idade.

Recordamos ainda que o Conselho da Fiscalidade é o órgão consultivo e participativo da Autoridade Tributária, que tem por missão analisar e acompanhar a evolução do sistema fiscal e das políticas

fiscal e aduaneira, com vista a que se mantenham como instrumento decisivo de justiça social.

(COLOCAR A TABELA QUE SE SEGUE NUMA ÚNICA PÁGINA E EM LANDSCAPE)



**Abra e estenda as mãos,
contribuindo para
o desenvolvimento
do nosso país**

**Pague o imposto e cumpra com
as suas obrigações fiscais**

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

Tabela das Sessões do Conselho da Fiscalidade

Realizadas entre 2007 e 2013



Sessão	I CF	II CF	III CF	IV CF	VCF	VI CF	VII CF	VIII CF	IX CF	X CF
Ano		2007		2008		2009	2010	2011	2012	2013
DATA DA REALIZAÇÃO	23-Jul-07	12-Nov-07	13-Jun - 08	7-Nov - 08	19-Jun - 09	12 e 13 - Nov - 09	02-Julho-2010	12-Ago-11	12-Ago-12	16-Ago-13
LOCAL DA REALIZAÇÃO	Sofala-Beira	Maputo - Namaacha	Nampula - Nacala	Zambézia-Mopeia	Gaza - Bilene	Nampula	Manica - Chimoio	Maputo - Matola	Maputo	Maputo
LEMA					Para fazer face à crise financeira global: Todos e cada um na busca de soluções sectoriais de estabilidade económica e social	Para fazer face aos desafios do séc. XXI: Todos e cada um na aceitação Social do Imposto e no combate à Evasão fiscal	Todos juntos, promovendo a sustentabilidade da carteira fiscal, fazemos Moçambique	Por uma Administração Tributária mais Inclusiva, em prol da Modernidade, Profissionalismo, Produtividade e Competitividade	Por uma Administração Tributária em prol de Excelência na Qualidade do Atendimento ao Contribuinte	Todos Juntos na Justa Tributação dos Recursos Naturais disponíveis

Dia 24 de Julho

Celebrar o quê?

O Dia das Nacionalizações está definitivamente consagrado na história dos moçambicanos, apesar de várias controvérsias quanto ao seu impacto. É celebrado, muitas vezes, com alegria para uns e para os outros nem tanto.

Em 24 de Julho de 1975, o governo declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça e, em 1976, das casas de rendimento, ou seja, qualquer moçambicano ou estrangeiro passou a ter direito de ser proprietário duma casa para habitação permanente e uma de férias, mas perdeu o direito de arrendar casas de habitação a outrem. O Governo assumiu a gestão das casas que estavam arrendadas nessa altura,

formando para isso uma instituição denominada Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

Estas nacionalizações foram a causa próxima para uma vaga de abandono do país de muitos indivíduos que eram proprietários daqueles serviços sociais ou simplesmente se encontravam habituados aos serviços de determinados especialistas ou ao atendimento exclusivo; com esses indivíduos, na maioria portugueses, eram muitas vezes igualmente proprietários de fábricas, barcos de pesca ou outros meios de produção, o governo viu-se obrigado a assumir a gestão dessas unidades de produção.

Pior ainda, é o facto de a maioria dos

actuais ocupantes não conhecerem o conceito e o papel da higiene na saúde pública, espalhando imundice em tudo que é canto, contribuindo para a proliferação de cheiros nauseabundos e de doenças curáveis (malária e cólera), constituindo grande ameaça à saúde dos residentes urbanos. Não só, como se não bastasse, havia, naquela altura, inquilinos que pilavam os cereais nas flats. Resultado: os edifícios apresentam brechas ou fendas em consequência dessa actividade humana que acelera a sua degradação.

